

jornal do SISMUC

sindicato dos servidores públicos municipais de curitiba • FILIADO À **CUT**

Impresso
Especial

3600158300/2003-DR/PR
Sind. Serv. Públ.
Munic. de Curitiba
... CORREIOS ...



Recriação sobre a obra de Tarsila do Amaral - Operários

O poder do seu voto

A eleição é o momento que o trabalhador pode “derrubar” políticos corruptos ou eleger quem realmente o represente. É nossa hora e vez! Servidor, exerça seu direito legítimo de modo consciente e democrático.

EDITORIAL!

Chega de falsas promessas!

Os candidatos a prefeito devem estar sintonizados com as propostas da Agenda 21, que prevê o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de toda a população. Às vésperas da eleição, os servidores devem repudiar candidatos comprometidos com grupos empresariais e que baseiam sua administração exclusivamente sobre o lucro.

A região metropolitana de Curitiba foi a que mais cresceu no país nas últimas duas décadas, a uma média de 3% ao ano. Curitiba ganhou 600 mil moradores neste período, ultrapassando a região de Porto Alegre. A propaganda oficial, que colocou a capital paranaense como cidade com qualidade de vida superior, atraiu milhares de novos moradores.

É preciso tratar Curitiba e as cidades próximas como uma única cidade, como nossa grande metrópole

Realmente, muita coisa mudou nestes últimos anos. Foram mudanças radicais e definitivas. Pode-se dizer que Curitiba "perdeu a inocência". A violência cresceu assustadoramente, as favelas se multiplicaram, o batalhão de pessoas abaixo da linha da miséria só tem aumentado. Mas que medidas têm sido tomadas por parte de quem administra a cidade?

Neste momento, estamos às vésperas de uma das mais importantes eleições municipais da história de Curitiba. O próximo prefeito terá de adotar medidas que até agora não foram tomadas. Por exemplo, na área de habitação. Nada menos que 200 mil habitantes moram em áreas de mananciais. Áreas de risco, sujeitas a inundações.

A habitação é apenas um dos diversos pontos contemplados pela Agenda 21 (veja box). E Curitiba? Temos que analisar até que ponto a cidade tem adotado as práticas internacionais desta espécie de "bússola" para o desenvolvimento sustentado. Mais do que nunca, é preciso tratar Curitiba e as cidades próximas como uma única cidade, como nossa grande metrópole.

Se falamos da moradia, é porque todos precisam ter sua casa, seu lugar de descanso, o local para onde retornam depois de um dia de trabalho. Mas, além de uma casa decente para morar, as pessoas também precisam de serviços básicos. A rede de esgoto na região de Curitiba é limitada. Muito pouco se investiu nestes anos todos. O lixo urbano representa uma ameaça. O aterro da Caximba está absolutamente esgotado.

Os mananciais de água estão tomados, justamente pela falta de uma política de habitação. As pessoas precisam de um lugar para morar. E a ocupação desordenada dos mananciais provocará o esgotamento da capacidade de fornecimento de água potável para a população de Curitiba, num prazo de dez ou quinze anos. Ou seja, se o próximo prefeito não investir nes-

ta área, estará colocando em risco o abastecimento de toda a população.

Existem outras preocupações urgentes. A questão da poluição do ar em regiões como o Tatuquara, proximidades do Pinheirinho, e em Araucária. Locais onde a população convive com um cheiro insuportável e está suscetível a doenças respiratórias. A exploração dos aquíferos, nas regiões de Colombo e Almirante Tamandaré e em outros municípios, que deve ser estudada para se evitar agressões ao meio ambiente.

A verdade é que Curitiba tem

Que medidas têm sido tomadas por parte de quem administra a cidade?

graves problemas sociais. Temos 30 mil crianças esperando que sejam criadas novas creches. Os pais e mães destas crianças precisam trabalhar. Então se percebe que as mudanças feitas por Curitiba, até hoje, privilegiam grupos empresariais, em detrimento de toda a sociedade.

Vamos citar um exemplo clássico: o setor imobiliário. Todo o crescimento de Curitiba nas últimas décadas, através das vias estruturais, beneficiou a especulação imobiliária. A nova proposta de criação do eixo de transporte sobre a BR-116 é mais um exemplo desta política. Precisamos de transporte

Ilustração Leandro Bierhals retirada da Cartilha "O SUS e as eleições municipais"



integrado, mas precisamos de muito mais, e os interesses comerciais não devem mais estar acima da qualidade de vida da população.

O papel do servidor

Os servidores municipais conhecem Curitiba melhor do que ninguém. Sabem quais são as dificuldades enfrentadas por toda a população, pois estão numa batalha diária. Nas últimas eleições, porém, acreditou em falsas promessas que nunca foram cumpridas.

Quem poderia se esquecer do reajuste de 10% para repor perdas, que jamais foi concedido? Comemoramos aniversário da promessa, na frente da Prefeitura, para ver se o prefeito conseguiria refrescar sua memória. Não adiantou. Agora, novos candidatos surgem, mas são as mesmas pessoas que participaram da administração municipal nos últimos anos.

São os mesmos que prometem uma carga horária de trinta horas para os trabalhadores da saúde e da educação, e as doze horas nas creches. Eles foram eleitos, e colhem as mesmas perdas salariais, terceirizações, o congelamento das famosas "letrinhas". Devemos acreditar em suas "novas" promessas?

Os servidores reivindicam a redução na carga de trabalho, pois isso fará com que melhore a qualidade do atendimento à população. A Prefeitura precisa contratar mais servidores. A área de saúde, tão discutida nesta campanha eleitoral, tem sido esquecida. Precisamos de médicos, de postos de saúde 24 horas, de hospitais para atender emergências médicas. A população sabe disso. O servidor sabe disso.

O voto é poder que nos foi concedido pela democracia para podermos mudar o que está errado. Temos condições de corrigir a omissão dos políticos. Agora é o momento. O futuro de nossa cidade está em nossas mãos. Uma escolha errada poderá representar o apro-

fundamento de todos os problemas aqui citados. Não podemos mais conviver com a lógica do lucro, do enriquecimento que interessa a poucos. Temos uma cidade para defender! **Vamos às urnas!!!**

Agenda 21 serve como "bússola" para a cidade

A Agenda 21 é um programa de ação criado há mais de uma década, de olho no século 21. Ela se baseia num documento com 40 capítulos, organizado por 179 países, num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a conferência Rio - Eco 92.

A Agenda 21 rompe com o planejamento dominante das últimas décadas, que insiste em privilegiar o enfoque econômico. Considera questões estratégicas aquelas ligadas à geração de emprego e renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; e à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

Enfim, mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, estado, município ou região, e planeja o futuro de forma sustentável. Vale lembrar que as discussões da agenda têm lugar num fórum nacional, criado em fevereiro deste ano, em Brasília, e em comitês espalhados por todo o Brasil.

Outras informações podem ser obtidas pela internet, nestes endereços:

www.sosmataatlantica.org.br
www.mma.gov.br
www.agenda21.org.br

EXPEDIENTE

DIRETORIA SISMUC
Gestão Reconstruir pela Base

Presidente:
Marilena Silva

Secr. Geral:
Deloures de Barros Franco

Secr. de Finanças:
Rosana do Rocio Negriloli

Secr. de Assuntos Jurídicos:
Cleuza Antunes

Secr. de Administração e Informática:
Marco Antonio Kucek

Secr. de Ass. Culturais:
Sandra Nazare B. e Barboza

Secr. de Formação Sindical / Est. Sócio

Econômicos:
Michel Deolindo

Secr. de Imprensa e Comunicação:
Alessandra Claudia de Oliveira.

Secr. de Organização:
Cecilia de Souza Lima, Ilma Alves Bonfim e

Natalia de Paula Santos, Ester Capula Duarte

Conselho Fiscal:
Maria Figueiredo Coutinho, Ivone Maria Ribeiro

dos Santos, Ivanira Bianchi, Marilene Souza Santos e Augusto Luiz da Silva.

Suplentes
Antonio Carlos de Mello, Edson Pereira dos

Santos, Fernando Christiano Zimmermann

Irene Rodrigues dos Santos, Mário César R. dos S. Santos, Maria de Fátima Paiva, Pedro

Cirilo da Silva

Suplentes Conselho Fiscal
Celina Graboge

Jose de Paiva

SISMUC

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba.

Endereço: Rua Professor Benedito Nicolau dos Santos, 555 - Centro Cívico -

80.530-150 - Curitiba/PR.

Fone/Fax: 254-6527

Email: sismuc@onda.com.br

Jornalista Responsável: Sandro Benjamin André - 2425/10-32/PR

Diagramação e desenhos: Armazém de Criação - (41) 342-8584

Fotos: Sandro Benjamin André

Impressão e Fotolito: Multigraf

Tiragem: 8.000 exemplares

CONQUISTA DA SAÚDE

Unidades 24 Horas avançam na redução da jornada

! Trabalhadores das Unidades de Saúde 24 Horas, apoiados pela direção do SISMUC, avançam para conquistar a redução da jornada de trinta horas semanais

Os trabalhadores das unidades de saúde 24 horas, com apoio da direção do SISMUC, conseguiram uma vitória histórica, na luta pela redução da carga horária e melhoria das condições de trabalho.

Uma comissão de 60 pessoas, formada por sindicalistas e trabalhadores, na maioria enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, conseguiu aprovar suas reivindicações, que serão formalizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, através da assinatura de uma portaria.

A mobilização dos trabalhadores das unidades de saúde 24 horas, contrários a algumas mudanças que vinham sendo propostas pela SMS, foi fundamental para reverter o quadro desfavorável e obter uma conquista que beneficia a todos. Esta vitória mostra a importância dos trabalhadores buscarem sua filiação ao sindicato. As negociações continuarão durante os próximos 60 dias.

Negociação

Nos dias 20 e 23 de julho, trabalhadores destas unidades reuniram-se com a direção do SISMUC para encontrar uma solução às propostas da SMS. Ficou definido que uma comissão iria negociar com as autoridades de saúde.

No dia 27, em reunião no edifício Delta, uma comissão com oito pessoas, entre diretores do SISMUC e representantes dos locais de trabalho, apresentou as reivindicações para as autoridades de saúde.

Estiveram presentes na negociação diversas autoridades sanitárias, o superintendente da SMS, o coordenador geral do SAMU, o coordenador das unidades de saúde de 24 horas, o coordenador da equipe de enfermagem, além de representantes do SISMUC e trabalhadores das unidades de saúde 24 horas.

Cerca de 50 trabalhadores aguardavam no local, à espera do resultado das negociações, comprovando que a força da mobilização de todos sempre será decisiva para assegurar os direitos dos trabalha-

dores. O SISMUC solicita que todos os locais de trabalho elejam seus representantes. A luta está apenas começando. É preciso que cada unidade de saúde se faça representar nas reuniões do sindicato, para conversar sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores e, juntos, buscar soluções coletivas.

Principais mudanças

Confira as principais alterações acertadas entre a comissão de negociação e as autoridades de saúde do município. Ressaltando-se que o Sismuc mantém a negociação com a Prefeitura neste mês de outubro.

Turno Diurno:

Carga horária de 30 horas semanais (seis horas diárias), com plantões alternados nos finais de semana, completando as 144 horas mensais. O que exceder estas horas será pago através de horas-extras ou DSR (Descanso Semanal Remunerado), dependendo da necessidade de complementar as escalas. O trabalho em feriados será pago em horas-extras ou DSR. Cada funcionário dará plantão em dois finais de semana por mês.

Turno Noturno

Jornada de 12 horas de trabalho por 48 horas de descanso, sendo realizada dobrada no próprio turno de trabalho. Total de 144 horas por mês.

Turno Intermediário

Horário padrão das 17h às 23h. O que exceder estas horas será pago em horas-extras ou DSR. Cada funcionário dará plantão em dois fi-



Trinta horas: reivindicação histórica dos trabalhadores da saúde.

nais de semana por mês. Nos próximos 90 dias, será realizado um estudo de demanda e tempo de espera dos usuários, a fim de aumentar as equipes de acordo com a necessidade.

Parte móvel - Ambulâncias

Obedecerá a mesma escala do Serviço de Assistência Médica de Urgência (SAMU).

Odontologia nas Unidades de Saúde 24 hs

As equipes de odontologia serão transferidas, a médio e longo prazo, para um Centro Especializado de Odontologia, que será criado na Regional Matriz.

Quadro Funcional

As unidades 24 horas do Cam-po Comprido e Boqueirão, que não possuem o quadro completo de funcionários, terão a complementação de suas equipes, conforme ficou acordado com o coordenador da equipe de enfermagem.

Exceções

As exceções serão avaliadas caso a caso, mas todas as escalas obedecerão prioritariamente a esta escala padrão.

APOSENTADOS

Ações judiciais cobra diferenças salariais



Assembléias aprovaram entrada de ações judiciais

Assembléias realizadas nos dias 11 e 26 de agosto, pelo Sismuc, aprovaram o ingresso de ações judiciais para cobrar diferenças salariais devidas pela prefeitura aos servidores municipais da ativa e aposentados.

No dia 11, os aposentados aprovaram ação que cobra diferenças salariais referentes à premiação concedida aos servidores da ativa, pela lei municipal 11.000/2004. Participam da ação somente os servidores aposentados filiados ao sindicato e que fizeram a adesão ao processo. Professores, educadores e guardas municipais não estão contemplados pela lei, e por isso não puderam entrar com o pedido.

No dia 26, servidores da ativa e aposentados aprovaram a entrada de ação indenizatória para compensar reajustes não concedidos na data-base da categoria. A legislação que prevê o pagamento dos reajustes na data-base foi instituída em 1995.

CONDIÇÕES DE TRABALHO**Guardas enfrentam situação de abandono**

! Guardas municipais trabalham com poucos equipamentos e correm riscos. Orgulho pela profissão resiste, apesar da desvalorização imposta à categoria

Há cerca de quinze anos, quando a Guarda Municipal iniciou suas atividades, Curitiba era uma cidade relativamente tranqüila. Os guardas contratados supriam perfeitamente as tarefas a eles destinadas. Ou seja: fazer a ronda nos locais públicos de responsabilidade do município, no coração da cidade e em todos os parques municipais, com a finalidade de proteger e orientar a população.

Os guardas tinham viaturas em número suficiente e também eram bem equipados. Tinham coletes à prova de balas, armas, uniformes em perfeito estado, sistemas de comunicação eficazes. Afinal de contas, naquela época, o servidor público municipal era mais valorizado.

Mas as coisas mudaram muito nestes quinze anos. A violência cresceu, na mesma proporção em que aumentou a população da Grande Curitiba. E por incrível que pareça, a Guarda Municipal foi sendo esquecida. Os guardas, que sempre fizeram seu trabalho com muito orgulho e motivação, foram colocados em segundo plano.

A Prefeitura passou a exigir cada vez mais dos guardas, mas não valorizou a categoria na mesma proporção. Pelo contrário. Guardas antigos reclamam do achatamento de seus salários. As oportunidades de fazer cursos e crescer dentro das suas carreiras ficaram restritas.

Os guardas também afirmam que ocupantes de cargos de chefia foram supervalorizados e hoje ganham muito mais que um servidor comum. Eles reclamam da falta de oferta de cursos para a maioria dos trabalhadores. E dizem que pagaram de seu próprio bolso para conseguir uma qualificação melhor. Outros que conseguiram fazer cursos pela Prefeitura, reclamam que

não receberam seus certificados. Dizem que os diplomas teriam sido extraviados pela máquina burocrática da administração municipal.

Processo de transição

O que mais deixou os guardas indignados foi o novo processo de transição para a Guarda Municipal, realizado este ano. A nova lei, segundo os guardas, teria "dois pesos e duas medidas". Quem entrou na Prefeitura há muitos anos e sempre desempenhou bem as suas funções, teria sido punido com a nova lei, que exige o segundo grau completo como condição para se enquadrar no crescimento funcional.

Como resultado, a nova turma de guardas municipais, que começou a trabalhar no início de 2004, poderia ter salários maiores que muitos servidores com oito, dez ou quinze anos de casa e que não possuem a nova escolaridade exigida.

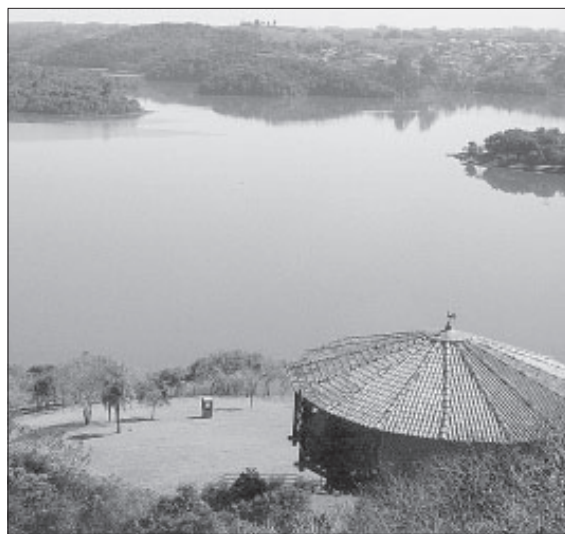
"Quando entrei na guarda, a escolaridade de segundo grau não era um pré-requisito", explica um guarda veterano. "Tenho que ensinar os guardas que entraram este ano e, por causa dessa nova lei, minha experiência profissional não vale absolutamente nada". Segundo ele, mesmo quem cumpre com as exigências não teria nenhuma recompensa. "Com dez anos na Guarda, meu salário é equivalente ao de um guarda que está aqui há um ano", diz outro veterano.

A lei acabaria por desmobilizar a categoria. Ao valorizar um grupo de guardas, em detrimento de outro grupo, pode acabar resultando na divisão de toda a corporação. Por esse motivo, a fim de esclarecer os fatos, o Sismuc entrou com um pedido junto ao Ministério Público do Paraná, para que sejam apuradas eventuais irregularidades envolvendo o procedimento de crescimento vertical da Guarda Municipal.

Móveis antigos e locais improvisados.

**Número de guardas é insuficiente**

Todos os candidatos falam da questão da segurança no horário político do TRE. Mas é importante que todos conheçam bem qual é a realidade da guarda municipal, pois muito precisa ser feito. Muitos problemas estão descritos aqui. Caberá ao próximo prefeito intervir, contratando novos servidores, adquirindo equipamentos, oferecendo locais dignos e condições de trabalho para todos



Poucos guardas para patrulhar áreas imensas.

O contingente de guardas municipais não parece ser suficiente para atender as necessidades da população. A corporação conta com aproximadamente 1480 guardas.

Mesmo assim, faltariam guardas para atender os locais públicos. "A prioridade é o atendimento às escolas municipais", diz um guarda. Segundo ele, guardas que estão de serviço nos parques e praças seriam transferidos para as escolas.

Mas as escolas também não teriam espaços suficientemente adequados para o trabalho dos guardas. "Temos um colega que passa o dia todo numa escola e não tem onde sentar, não tem um lugar próprio. Além de cuidar da escola, ele é responsável pelo atendimento da praça também", informa.

Os guardas reclamam de trabalhar até onze horas diárias, o que geraria três horas-extras por dia. Eles reclamam que muitas destas

horas-extras ficariam na forma de um "banco de horas", criado há poucos meses. As horas-extras geralmente são um indício da necessidade de contratar mais servidores.

Os entrevistados também lembraram a necessidade de se adquirir muitos veículos para a corporação. A frota de carros e motos seria muito limitada, afirmam. "Quem tem uma moto para trabalhar tem que erguer as mãos para o céu", diz um guarda.

Retrato do abandono da Guarda Municipal

A Guarda Municipal vive uma situação de aparente abandono. Esta foi a impressão tirada das visitas feitas pelo Sismuc aos diversos parques municipais de Curitiba durante o mês de agosto. Nossa equipe conversou com inúmeros guardas e com servidores que trabalham próximos a eles. Os guardas reclamam que estão sendo esquecidos pelo poder público municipal. Nesta reportagem, o Sismuc optou por manter em sigilo os nomes dos guardas entrevistados. A seguir, um resumo dos principais problemas levantados pelos guardas municipais.

1. Locais impróprios para o trabalho.

Que tal colocar o posto da guarda num antigo depósito de lixo? Ou num recinto que era usado por animais? Ou ainda num antigo banheiro público? Estes seriam locais utilizados como postos de trabalho em alguns parques municipais. Cubículos escuros, locais improvisados e escondidos da população, seriam escolhidos para esta função. Uma situação que deve ser modificada para o bem-estar dos guardas. Afinal, os parques são verdadeiros cartões-postais da cidade, recebem turistas de todo o planeta, e devem contar com postos de trabalho à altura para os guardas.

2. Móveis antigos e em condições precárias.

Para mobiliar seus locais de trabalho, os guardas teriam apelado para doações, principalmente junto à FAS. Segundo os guardas, a Prefeitura não forneceu móveis adequados. Nas visitas aos locais, foram encontrados alguns fogões e geladeiras em péssimo estado, mesas e cadeiras quebradas ou consumidas pelos cupins, sofás velhos e rasgados.

É uma situação que pode ser facilmente modificada, mas que no momento da realização desta reportagem, reforçava o sentimento de abandono e esquecimento em relação aos guardas municipais. Os servidores também teriam que fazer a faxina do posto. Um deles reclamou de ter se acidentado com um fogão velho, onde costuma esquentar sua marmitta.

3. Necessidade de comprar armas, uniformes e coletes à prova de balas.

Os guardas reclamam que faltam coletes e armas. Dizem que estes equipamentos não estão disponíveis em número suficiente. Eles também reclamam da qualidade dos uniformes. Segundo os depoimentos, o número de guardas municipais que fazem a ronda nos parques seria superior ao número de revólveres e coletes, o que estaria provocando uma situação difícil: "Algumas vezes tenho a arma, mas não tenho o colete. Outras vezes meu colega tem o colete, mas não tem a arma", exemplifica um guarda. "Para resolver o problema, só mesmo comprando todos os materiais necessários".



Fogão semidestruído pode provocar acidentes

4. Problemas com a comunicação.

A maioria dos parques visitados tem grandes dimensões e necessitam de equipamentos de comunicação ágeis e modernos, em perfeitas condições de uso. Mas os guardas afirmam que os equipamentos de rádio costumam dar problemas. "Um rádio é mais importante do que uma arma", ensina um guarda. "Em situações de risco, podemos chamar reforços. Do contrário, poderemos estar ariscando nossa própria vida". Alguns guardas reclamam de não terem disponíveis aparelhos telefônicos para o seu trabalho diário. "Isso dificulta o nosso serviço", diz um dos guardas.

5. Faltam viaturas.

Além de contratar mais guardas municipais, é necessário adquirir mais viaturas para a Guarda Municipal. Carros e motos são extremamente úteis, porém não estão disponíveis em número suficiente. "É complicado fazer o patrulhamento de áreas imensas a pé", diz um guarda. "Se eu tiver que atender uma ocorrência com rapidez, estarei em dificuldades".

Segundo o guarda, um visitante havia sido atacado por um cachorro, do outro lado do parque. "Até ser avisado e chegar no local, quinze minutos depois, não havia nada a fazer", diz. Em outro parque, marginais teriam ateado fogo em algumas árvores, com intuito de distrair os guardas. "Enquanto atendíamos um princípio de incêndio, turistas eram assaltados", afirma o guarda.

6. Presença de marginais e drogados nos parques.

Os guardas dizem que furtos de veículos, seqüestros-relâmpagos, agressões a frequentadores, presença de bêbados e drogados, seriam mais facilmente evitados se houvesse um maior contingente de guardas

municipais nos parques. Os problemas seriam maiores à noite, quando a incidência de atos de vandalismo, furtos de equipamentos públicos e as chamadas "festinhas" de desocupados eventualmente poderiam ocorrer em maior frequência.

7. Contratar mais guardas e comprar novos equipamentos.

Mesmo com os novos guardas colocados em atividade este ano, seria necessário contratar mais guardas municipais para promover a vigilância dos locais de responsabilidade do município. Muitos guardas dizem que trabalham praticamente sozinhos. E nestas condições, estariam colocando em risco suas vidas.

"É humanamente impossível estar presente em todos os locais, quando se vigia áreas enormes. Outro dia tive que enfrentar uma situação muito difícil. Havia um grupo de pessoas. À distância, pareciam estar consumindo maconha, numa área mais isolada. Fui até o local e conversamos, e eles acabaram saindo do parque. Mas é difícil saber qual vai ser a reação de usuários de drogas".

Os guardas dizem que estas situações acontecem mais vezes do que eles próprios gostariam. Se não fosse o forte sentimento de cumprimento do dever, demonstrado por todos os guardas entrevistados, seria muito mais complicado dar conta de toda esta responsabilidade.

8. Muitas horas-extras... no banco de horas.

Em diversos locais os turnos de trabalho, segundo os guardas, são de onze horas diárias. Seriam três horas-extras todos os dias úteis, mais o trabalho nos finais de semana. Mas os guardas afirmam que existe um limite para o número de horas-extras mensais. Acima deste limite, o total trabalhado iria para um banco de horas, criado há poucos meses. Desta forma, não haveria uma compensação direta sobre os salários, pelo menos em parte das horas trabalhadas a mais. Os guardas também reclamam da falta de um horário específico para o almoço.

9. Alimentação ruim.

Por falar em almoço, as refeições servidas pela empresa contratada pela Prefeitura foram alvo de reclamações. "Na primeira vez que eu comi daquela marmitta passei mal. Achei que o problema fosse comigo. No outro dia, comi e passei mal de novo. Assim fica difícil", diz um guarda. "As marmittas chegam de manhãzinha para serem consumidas na hora do almoço. Até a hora de comer, já está tudo frio", diz outro guarda.

Em outro parque, a situação se repete: "Somos em dois neste posto. Ele é da nova turma, por isso ganha mais e pode almoçar num restaurante barato. Eu sou veterano, ganho menos e sou obrigado a comer desta marmitta. A Prefeitura deveria fornecer vale-alimentação, como fazem muitas empresas", avalia.

Parque Barigüi é exceção



A equipe do Sismuc visitou diversos parques municipais. Em vários locais, os guardas parecem enfrentar uma situação de abandono. Mas existe pelo menos uma exceção: o Parque Barigüi. O parque está fincado na região mais valorizada de Curitiba. E foi escolhido pela atual administração municipal para sediar a academia da Guarda Municipal (foto). No Barigüi, fica a "elite" da Guarda e o comando da corporação.

No Barigüi, existem cerca de 35 guardas, vários automóveis e também motocicletas; uma ampla residência serve exclusivamente para a guarda. Lá funciona a Academia da Guarda Municipal, com campo de treinamento, aparelhos de musculação e "horário livre" para os guardas fazerem condicionamento físico.

Neste local também está instalado o Grupo de Operações Especiais (GOE), uma espécie de "tropa de choque" especialmente treinada para enfrentar situações extremas. A condição do Barigüi contrasta com a maioria dos parques municipais, onde o número de guardas varia de dois a quatro profissionais.

Tentativa de homicídio

E mesmo com todo o aparato policial, o Parque Barigüi foi cenário de uma tentativa de homicídio no dia 29 de agosto, domingo. Um rapaz de 18 anos foi baleado no peito e encaminhado pelo Siate para o Hospital Cajuru. Estava consciente e aparentemente não corria risco. A ocorrência foi atendida pela Polícia Militar.

Uma suposta rixa entre grupos rivais teria motivado o disparo. Segundo a PM, um rapaz se aproximou, ocorreu um desentendimento e três tiros foram disparados. A confusão aconteceu no final da tarde, próximo aos dois bares situados na Alameda Ecológica Burler Marx, onde é grande o fluxo de frequentadores.

Morte nos Tropeiros

Nas proximidades do Parque dos Tropeiros, há pouco mais de dois meses, um homem foi encontrado morto. O caso poderia ter repercussão maior, caso fosse um parque central. Segundo a polícia, o homem teria sido assassinado possivelmente por envolvimento com o tráfico de drogas. No Parque dos Tropeiros não havia nenhum guarda municipal. Equipamentos públicos, como banheiros e fios elétricos, teriam sido depredados por vândalos.

VOTO CIDADÃO

Voto não tem preço, tem conseqüências!

Em política não existe neutralidade. Na verdade, estamos sempre participando das decisões políticas que interferem em nossa vida cotidiana.

Votar conscientemente é mais do que uma forma de participação política: é um ato de poder político. Deixar de votar ou anular o voto é um crime contra a democracia. É abrir mão do poder político no momento em que ele vem inteiramente para nossas mãos de cidadãos.

Em política não existe neutra-

lidade. Na verdade, estamos sempre participando das decisões políticas que interferem em nossa vida cotidiana. Oportunidades de emprego, dinheiro, transporte adequado, remédios, médicos suficientes, vagas para internamento em hospitais, e até oportunidades de lazer. Tudo passa por decisões políticas.

Interessar-se pela política é

procurar discutir os problemas da sociedade com amigos, familiares, colegas de trabalho e toda a comunidade. Ler jornais, ouvir os noticiários, procurar o sindicato, tentar entender o que acontece no país e principalmente na cidade.

Se estas questões dizem respeito a você, não deixe de participar. Reúna-se com outras pessoas

e informe-se. A seguir, alguns sites e telefones de entidades que colaboram para a democratização de informações sobre política e eleições:

Movimento pela Ética na Política (MEP) – www.mepcuritiba.org
 Centro de Formação Urbana Rural Irmã Araújo (Cefuria) – Fone 322.8487 – cartilha@cefuria.org.br

FISCALIZAÇÃO

Denuncie a compra e a venda de votos

! Irregularidades de candidatos podem ser denunciadas ao Tribunal Regional Eleitoral, pelo telefone 330.8500

O que é a compra de votos?

O artigo 299 do Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965) estabelece que a compra de votos de eleitores é um crime. Este artigo diz o seguinte: “Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto, e para conseguir ou prometer que não votará, ainda que a oferta não seja aceita.” Então para que o crime de compra de voto aconteça, basta a promessa de dar alguma coisa em troca do voto. E o crime acontece mesmo que a oferta não seja aceita.

Quando a Câmara Municipal de Curitiba fez uma consulta ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná sobre a interpretação do que seja compra de votos, o TRE respondeu o seguinte:

“A compra de votos está caracterizada com a simples promessa de vantagem pessoal. A entrega de dinheiro, em espécie, cestas básicas, óculos, cadeiras de rodas, inaladores, ou passagens de ônibus, jogos de camisa para times, com fim de obter o voto do eleitor também enquadram-se na compra de votos.”

A nova lei eleitoral (Lei 9840/99) ressalva a possibilidade de que o candidato faça propaganda atra-

vés de brindes, tais como: porta títulos, régua, canetas, camisetas. “Contudo, esta ressalva não permite uma utilização indiscriminada de tais bens. Somente diante do caso concreto será possível determinar se a conduta é correta ou não. Se a entrega dos brindes for condicionada a votar no candidato, haverá aí compra de votos.”

E qual é a punição para a compra de votos?

De acordo com a Lei 9840, o Juiz Eleitoral poderá cassar o registro do candidato, desde que esteja convencido de que houve tentativa de compra de votos. Com o registro cassado, o candidato não poderá mais concorrer. Mesmo que ele decida recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral, sua campanha ficará suspensa (não poderá fazer campanha) até a decisão do TRE.

Como se caracteriza o uso da máquina administrativa?

Se o candidato é ocupante de cargo público, ou já está exercendo um mandato e é candidato à reeleição ou à eleição para outro cargo, ele pode cair na tentação de usar espaços ou bens, materiais e serviços públicos para a sua campanha. Pode, também, exigir que funcionários públicos trabalhem na sua campanha durante o expediente de

trabalho. Tudo isso é crime previsto na Lei Eleitoral. Denuncie.

Como a Lei 9840 ajuda a acabar com a corrupção eleitoral?

Com o cumprimento da Lei 9840, o candidato que quiser se aproveitar das carências populares ou usar a máquina administrativa em seu benefício, não chegará a ser eleito. Seu registro sendo cassado, corta-se o mal pela raiz, impedindo de fato que aproveitadores assumam mandatos. Mas atenção: a compra de votos só poderá ser denunciada até o dia da eleição.

Como fazer para denunciar?

O melhor é reunir outras pessoas que, como você, querem acabar com a corrupção, e formar um comitê 9840. Ou participar do comitê já existente e denunciar. Um estudante de Direito ou um advogado podem ajudar o Comitê. Você também pode denunciar a compra de votos fornecendo todas as informações necessárias ao Promotor de Justiça ou ao Juiz Eleitoral. Os telefones são os seguintes:

Fone 330.8743 – Cartório da Zona Eleitoral 175 – TRE (atendimento das 10h às 17h)

Fone 250.4000 – Ministério Público do Paraná (atendimento das 8h às 18h)

MEMÓRIA DAS ELEIÇÕES

Vereadores que vetaram emendas tentam reeleição

! Legisladores que rejeitaram propostas dos servidores agora pedem votos

Há três meses, os vereadores que apóiam o prefeito rejeitaram as emendas dos servidores, na votação do Plano de Carreiras. A pedido dos leitores, estamos publicando novamente a relação de votos contrários às emendas.

A votação do Plano de Carreiros, Carreiras e Salários dos servidores municipais, na Câmara de Vereadores, dia 31 de maio, poderia ter resultado em maiores direitos e benefícios para os servidores municipais. Mas não foi isso que aconteceu. O grupo de vereadores que apóia o prefeito Cassio Taniguchi rejeitou todas as emendas apresentadas por iniciativa do Sismuc, através da bancada de oposição. Pouco mais de três meses se passaram, e estes mesmos vereadores pedem o voto da população para tentarem se reeleger. A pedido dos leitores, estamos republicando a relação de vereadores e seus respectivos votos.

Vereadores contrários às emendas

- Aldemir Manfron (PP)
- Angelo Batista (PP)
- Carlos Bortolotto (PFL)
- Elias Vidal (PFL)
- Fabio Camargo (PFL)
- Geraldo Bobato (PFL)
- Jair Cezar (PTB)
- Jairo Marcelino (PSB)
- João C. Derosso (PSDB)
- Jonatas Pirkel (PL)
- José Sandoval (PTB)
- Jotapê (PSB)
- Julieta Reis (PFL)
- Luis Ernesto (PSDB)
- Mario Celso (PSB)
- Nely Almeida (PSDB)
- Ney Leprevost (PP)
- Osmar Bertoldi (PFL)
- Pastor Valdemir Soares (PL)
- Paulo Frote (PSDB)
- Rui Hara (PSDB)
- Sabino Picoletto (PFL)

ATO PÚBLICO

Manifestantes denunciam venda de reservas de petróleo



Ato público na Boca Maldita denunciou o leilão da ANP

O Comitê em Defesa do Petróleo Brasileiro promoveu, no dia 14 de agosto, o “Ato contra a entrega da riqueza nacional”. A manifestação foi promovida na Boca Maldita, em protesto contra o leilão de reservas petrolíferas, estimadas em 300 bilhões de dólares. O leilão acabou sendo realizado nos dias 17 e 18 de agosto, com a licitação de 913 blocos “azuis” (áreas com alto potencial para se encontrar o mineral).

Como parte da política neoliberal, todas as informações estratégicas da Petrobras foram entregues “de bandeja” pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para as empresas transnacionais que participam dos leilões. No leilão, a Petrobras arrematou a grande maioria das áreas (cerca de 69%), mas o país perdeu reservas estratégicas, para beneficiar empresas transnacionais, principalmente as norte-americanas.

Foram arrecadados R\$ 665 milhões na licitação, uma esmola em se tratando de exploração de petróleo. É só comparar: nos contratos de risco dos leilões anteriores, os investidores estrangeiros aplicaram 375 milhões de dólares, em relação aos 26 bilhões investidos pela Petrobras. Em resumo: petrolíferas estrangeiras investem muito pouco no Brasil e estão muito mais preocupadas em exportar o óleo extraído.

Com o barril a 45 dólares e com tanta guerra em torno dele, não se pode admitir a exportação do petróleo, sem qualquer estudo que garanta o abastecimento de médio prazo do país, o que compromete o futuro das próximas gerações. O preço do petróleo tem registrado grandes saltos no mercado internacional. Em 1999, o barril custava 13 dólares. Em 2003, passou para 30 dólares. Hoje, custa 45 dólares. Mas os leilões continuam com as mesmas cotações da primeira rodada, realizada em 1999.

Estudos mostram que as reservas de petróleo deverão se esgotar até o ano de 2050, caso se mantenham os atuais níveis de consumo em todo o mundo. Por esse motivo,

todos os países estão muito mais preocupados em manter suas reservas. Exportar petróleo bruto, como faz o Brasil, significa “navegar contra a maré”, uma vez que se trata de uma fonte de energia não-renovável, que não é infinita, e que continua sendo a principal fonte de energia do planeta.

Mentiras sobre o petróleo brasileiro

“O fim do monopólio do petróleo e os leilões de áreas de exploração significaram um grande salto para o país”

MENTIRA

O monopólio não acabou, continua em poder da União. O grande salto de desenvolvimento é de responsabilidade da Petrobras, que continua alavancando o setor no país

“Não são licitadas áreas descobertas pela Petrobras. Nas licitações, não se caracteriza a existência de petróleo ou gás”

MENTIRA

Os chamados “blocos azuis” foram descobertos pela Petrobras. São áreas onde se confirmou a presença de condições para a geração de óleo e gás e também de estruturas de acumulação. No mundo do petróleo, tal informação vale ouro!

“Nenhuma área foi tomada da Petrobras”

MENTIRA

Várias áreas de alto potencial de produção foram tomadas pela ANP (Agência Nacional de Petróleo). Estas áreas foram leiloadas em agosto. Muitas foram retomadas pela Petrobras, enquanto outras ficaram nas mãos de grandes empresas transnacionais.

ÁGUA

Reservas brasileiras geram cobiça das transnacionais

“Aqüífero Guarani – Gestão e Controle Social”. Este será o tema do seminário internacional que será promovido nos dias 14 e 15 de outubro, em Foz do Iguaçu. Entre os assuntos em debate, está “A problemática da água sob a ótica dos movimentos populares”, com presença dos palestrantes Ari Alberti (Grito dos Excluídos), Hélio Meca (MAB), Roberto Malvezzi (Comissão Pastoral da Terra) e membros dos movimentos dos países do Mercosul.

Cortado por rios imponentes, de elevado potencial hidráulico, o Paraná detém 45% de toda a água subterrânea do país. Este percentual é consequência da presença no subsolo paranaense do Aqüífero Guarani, que responde por 80% da água subterrânea do Estado. A exploração do Guarani é avançada no Paraná, com cerca de 30 postos de captação distribuídos pelo Estado.

No Brasil, o Guarani está presente no solo de oito Estados. Sua reserva permanente de água é da ordem de 45 trilhões de metros cúbicos. A infiltração de água no subsolo, em especial da chuva, garante grande parte de seu reabastecimento. Estima-se que possa abastecer o país durante 2,5 mil anos. Principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul, o Guarani estende-se por quatro países (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

Uso impróprio
Para Laura Jesus de Mora e Costa, coordenadora executiva da União de Entidades Ambientais do Paraná (Uneap), ainda existem várias questões pendentes sobre o aqüífero. Em primeiro lugar, ela cita que é preciso compreender que o reservatório não é 100%

próprio para o abastecimento humano, pois as águas estão em temperaturas que variam entre 45°C e 60°C, com alta salinidade, principalmente no subsolo do Paraná. No território paranaense, fica a até 1500 metros de profundidade, mas aflora nas regiões Londrina, Foz do Iguaçu e em Jurema.

“Somente foram realizados estudos geológicos do aqüífero. Mas as transnacionais estão se valendo dos estudos sobre o aqüífero para mapear todas as reservas subterrâneas brasileiras”, afirma Laura. “Além disso, sabe-se que a água do Guarani pode ter outras propriedades, na agroindústria, na medicina, e

por isso interessa a empresas transnacionais”.

Sobre o financiamento de bancos internacionais para a exploração do Guarani, Laura denuncia que as instituições financeiras excluíram as entidades públicas brasileiras do processo. Ela cita a exclusão da Sanepar, Copel, UFPR e Sudersa. “O Guarani está debaixo de todo o

território paranaense. Esta é uma questão de soberania nacional. Os Estados Unidos têm grande interesse em retirar a sua gestão do Brasil. Isto é inadmissível. A água é um patrimônio natural limitado e dotado de valores econômicos, sociais, culturais e ambientais. E como recurso limitado, não pode estar à mercê de interesses comerciais de outros países”.

Uma excursão para Foz do Iguaçu está sendo organizada pela CUT e APP-Sindicato. Maiores informações no Sismuc, pelo telefone 254.6527, com Michel. Outras informações sobre o evento pela internet: www.itaipu.gov.br ou www.camara.gov.br.



Em grande parte imprópria ao consumo humano, a água do aqüífero Guarani tem propriedades terapêuticas e aplicações na agroindústria, e interessa às empresas transnacionais

SOLIDARIEDADE**SISMUC defende ICS e condena ações judiciais**

! Sindicato defende solidariedade entre os servidores para manutenção do patrimônio do ICS. E condena ações que desobrigam servidores de pagar contribuição ao instituto

O SISMUC defende o princípio da solidariedade entre os servidores e a contribuição de todos os funcionários públicos municipais para o Instituto. Neste sentido, o sindicato não apóia o ajuizamento de ações para desobrigar os servidores de pagar o ICS (Instituto Curitiba de Saúde).

O sindicato reafirma que não autoriza nem possui nenhum advogado autorizado a percorrer os locais de trabalho, utilizando o nome do sindicato. Pelo contrário. O sindicato orienta os servidores a denunciar, caso recebam a visita de tais advogados. Agindo assim, os servidores estarão contribuindo para a melhoria e ampliação dos serviços prestados pelo Instituto.

O SISMUC tem feito diversas críticas em relação ao ICS, com relação à demora no atendimento e à deficiência de alguns serviços, mas reconhece a importância desta entidade para os servidores. O sindicato entende que a melhoria dos serviços passa pela transformação do ICS em autarquia. O SISMUC também defende a extinção do prazo de carência para os novos servidores e a ampliação do atendimento para os dependentes, até o momento em que concluem seu primeiro curso universitário.

As propostas do sindicato compõem emendas já apresentadas ao projeto de lei que está na Câmara Municipal de Curitiba, adequando a legislação municipal à Emenda Constitucional 41/2003. Por todos estes motivos, o SISMUC deixa claro que não concorda com o sucateamento do ICS, patrimônio de todos os servidores, que ao longo dos anos contribuíram para a sua manutenção.

Solidariedade

O sindicato faz um alerta: se aqueles que têm maiores vencimentos na Prefeitura decidirem abandonar o instituto, o ICS se tornará insustentável, em prejuízo para todos os servidores e seus dependentes. Sendo assim, o SISMUC convoca todos os servidores a continuarem contribuindo com o instituto e participarem da luta pela melhoria dos serviços prestados. A solidariedade é um princípio indispensável à libertação da classe trabalhadora e lutaremos por ele, mesmo quando tentarem nos censurar.

Taxa única para atender a família inteira

A contribuição para o ICS resulta de um percentual sobre os vencimentos e demais vantagens de todos os servidores. Portanto, alguns pagam mais e outros menos. Os poucos servidores que têm melhores salários, talvez possam pagar um plano de saúde privado, individual. Porém, no plano particular, terão que pagar a mais para cada um de seus dependentes. No ICS, todos têm direito aos serviços oferecidos pelo instituto, por um único valor. E com a segurança de não estarem sujeitos às políticas e reajustes dos

planos privados.

O ICS nasceu com a Lei Municipal 9626/99, mas herdeiro do antigo IPMC e, portanto, patrimônio construído com os recursos dos servidores municipais. Embora muitos não percebam, ao longo da existência do IPMC e, mais recentemente do ICS, os serviços de assistência à saúde somente sobreviveram graças à solidariedade entre aqueles que ganham mais na Prefeitura de Curitiba e aqueles que, infelizmente, ganham muito pouco.

Rápidas Rápidas Rápidas**THD participa de plenária nacional**

A THD Irene Rodrigues dos Santos, da Unidade de Saúde Sabará, representou o Sismuc dentro da terceira Conferência Nacional de Saúde Bucal, realizada de 29 de julho a 1º de agosto, em Brasília. Irene também participou da reunião nacional da categoria, em que foi discutido o projeto de lei 1140/2003, que trata da regulamentação da profissão de THD. Na ocasião, deliberou-se pela apresentação de uma moção de apoio ao projeto e também pela eleição de uma comissão que irá acompanhar o andamento do projeto no Congresso Nacional.

Outro assunto em pauta foi a realização de uma plenária nacional da categoria, para organização da Associação Nacional dos Técnicos de Odontologia (Anamato). A plenária será realizada de 21 a 24 de abril de 2005, em Salvador. Mais uma vez, o Sismuc vem a público para reiterar apoio à categoria e se colocar como parceiro incondicional nesta caminhada. Maiores informações sobre este tema pelo telefone 9107.6713, com Irene.

Terceira edição do FME propõe agenda de lutas

Mais de 22 mil pessoas de 47 países participaram da terceira edição do Fórum Mundial de Educação, de 28 a 31 de julho. Foram realizadas três conferências, cinco Debates Temáticos, 75 atividades autogestionadas, 1650 pôsteres e o painel internacional "A Contribuição dos Diversos Fóruns para a Construção da Plataforma Mundial de Educação". O Sismuc esteve representado no evento por um grupo de servidoras municipais e membros do sindicato (foto).

Rápidas Rápidas**CALENDÁRIO DE ATIVIDADES****3 de outubro**

Um plebiscito popular reuniu mais de 13 milhões de assinaturas a favor da saída do Brasil das negociações da Alca. Está no Congresso Nacional o projeto de lei 70/2001, que prevê a realização do plebiscito oficial sobre a questão. E os movimentos populares exigem que o governo federal realize, no próximo dia três de outubro, o plebiscito que definirá a posição oficial do Brasil em relação à Alca. O ano de 2004 será decisivo para impedir a implantação da Alca. Informações: www.jubileubrasil.org.br

7 de outubro

Reunião com representantes dos locais de trabalho para discussão do tema "Saúde do Trabalhador". No SISMUC às 19 horas.

12 de outubro

O movimento nacional do "Grito dos Excluídos" comemora em setembro seus 10 anos de atividades. O movimento se autodefine como uma manifestação popular carregada de simbolismo. Um espaço de questionamento de um modelo e de debate sobre a construção de alternativas. Um intercâmbio de experiências, lutas e reivindicações. O "Grito" é uma forma de denúncia – de um modelo concentrado e excludente – e de anúncio de novos caminhos em que todos possam ser incluídos.

No dia 12 de outubro, serão promovidas diversas manifestações internacionais contra a Alca, como parte do "Grito dos Excluídos Continental". Quem tiver interesse em obter mais informações sobre o movimento poderá entrar em contato pelos telefones 322.8265 (Pastoral Operária) e 272.0466 (Pastoral do Imigrante).

14 e 15 de outubro

Seminário internacional "Aqüífero Guarani – Gestão e Controle Social", em Foz do Iguaçu. Uma excursão está sendo organizada pela CUT e APP-Sindicato. Maiores informações no Sismuc, pelo telefone 254.6527, com Michel.

